



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 557056 - SC (2020/0005806-0)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : LUCENEI BARBOSA RODRIGUES
ADVOGADO : LUCENEI BARBOSA RODRIGUES - RS070089
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : L A R (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

L. A. R. alega sofrer coação ilegal em seu direito de locomoção, em decorrência de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina na Apelação Criminal n. 0000060-36.2014.8.24.0002.

A impetrante requer, com fundamento nas Súmulas n. 440 do STJ, 718 e 719 do STF, a fixação do regime semiaberto para o cumprimento da pena de 4 anos, 7 meses e 17 dias de reclusão, pela prática do delito tipificado no art. 218-A c/c art. 226, II, do Código Penal.

A liminar foi indeferida pela Presidência desta Corte Superior à fl. 137.

As informações foram prestadas às fls. 140-200 e o Ministério Público Federal, em parecer de fls. 205-211, opinou pelo não conhecimento do *writ*.

Na petição de fls. 213-215, a impetrante formula pedido de reconsideração do *decisum* que indeferiu o pleito liminar, ao argumento de que, diante da situação que o país está vivendo com a COVIT-19, o paciente – "pessoa idosa, estando no grupo de risco pelo coronavírus, especialmente pela superlotação da casa prisional e condições insalubres" – deve ser colocado em regime semiaberto ou prisão domiciliar imediatamente.

Decido.

Inferre-se dos autos que o paciente foi condenado como incurso aos arts. 65 da LCP (duas vezes), c/c o art. 71 do CP (Fato 1), 65 da LCP (diversas vezes), c/c o art. 71 do CP (fato 2) e 218-A, c/c o art. 226, II, ambos do Estatuto Repressivo, em concurso material, à pena de 4 anos, 7 meses e 27 dias de reclusão e 2 meses e 10 dias de prisão simples, em regime inicial fechado.

O Tribunal *a quo*, no recurso de apelação defensivo, reconheceu a extinção da punibilidade do réu, em razão da ocorrência da prescrição da pretensão punitiva estatal quanto às contravenções penais previstas no art. 65 do Decreto-Lei n. 3.688/1941.

Pela leitura da sentença condenatória, ratificada pelo Tribunal estadual no julgamento do recurso de apelação, constato que o Magistrado de primeiro grau fixou a pena-base do paciente acima do mínimo legal em razão de seus maus antecedentes e, na segunda fase da dosimetria, reconheceu a sua reincidência.

Cumprir enfatizar que esta Corte tem decidido que o modo inicial de cumprimento da pena não está vinculado, de forma absoluta, ao *quantum* de

reprimenda imposto.

É dizer, para a escolha do regime prisional, devem ser observadas as **diretrizes dos arts. 33 e 59**, ambos do Código Penal, além dos dados fáticos da conduta delitiva, que, se demonstrarem a **gravidade concreta** do crime, poderão ser invocados pelo julgador para a imposição de regime mais gravoso do que o permitido pelo *quantum* da pena (HC n. 279.272/SP, Rel. Ministro **Moura Ribeiro**, 5ª T., DJe 25/11/2013; HC n. 265.367/SP, Rel. Ministra **Laurita Vaz**, 5ª T., DJe 19/11/2013; HC n. 213.290/SP, Rel. Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**, 6ª T., DJe 4/11/2013; HC n. 148.130/MS, Rel. Ministro **Sebastião Reis Júnior**, 6ª T., DJe 3/9/2012).

O art. 33, § 3º, do Código Penal dispõe que "**a determinação do regime inicial de cumprimento de pena far-se-á com observância dos critérios previstos no art. 59 deste Código**". Portanto, as mesmas circunstâncias judiciais aferidas pelo magistrado para fixação da pena-base deverão ser sopesadas na imposição do regime inicial de cumprimento de pena. O Juízo pode, ainda, apresentar elementos concretos dos autos que demonstrem a necessidade de fixação de regime mais rigoroso que o previsto para a quantidade de pena aplicada.

No caso dos autos, o paciente é reincidente e os antecedentes foram sopesados de forma negativa pelas instâncias ordinárias. Assim, não verifico ilegalidade no acórdão impugnado, pois, apesar do *quantum* da pena aplicada, superior a 4 anos e inferior a 8 anos de reclusão, o registro de circunstância judicial desfavorável do art. 59 do Código Penal e a reincidência justificam, em consonância com o art. 33, §§ 2º e 3º, do Código Penal, a fixação do regime inicial fechado.

À vista do exposto, **denego a ordem** de habeas corpus e, em consequência, julgo prejudicado o pedido de reconsideração de fls. 213-215.

Brasília, 20 de março de 2020.

Rogério Schietti Cruz